

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10
Preferenciais	0
Total	10
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4	4
1.01	Ativo Circulante	4	4
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4	4
2.01	Passivo Circulante	2	2
2.01.02	Fornecedores	2	2
2.03	Patrimônio Líquido	2	2
2.03.01	Capital Social Realizado	10	10
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8	-8

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.06	Resultado Financeiro	0	-1
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-1
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	-1
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	0	-1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	0	-1
4.03	Resultado Abrangente do Período	0	-1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-1
6.01.03	Outros	0	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4	4
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	3

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	-8	0	2
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	-8	0	2
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-8	0	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	-8	0	2
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	-8	0	2
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1	0	-1
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1	0	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-9	0	1

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-1
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-1
7.03	Valor Adicionado Bruto	0	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	-1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	-1
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	0	-1
7.08.05	Outros	0	-1

Comentário do Desempenho**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II
Relatório da Administração**

São Paulo, 11 de maio de 2026

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de março de 2026. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Dados Gerais da Emissão

Apresentamos, os dados da 1ª (emissão) emitida em série única do tipo debentures simples não conversíveis, em 17 de dezembro de 2020, o qual foram emitidas 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de debêntures, dos quais 1.330.000.000 (um bilhão trezentos e trinta milhões) foram integralizadas, pelo valor unitário de R\$1 (um real), totalizando o valor da emissão em R\$1.330.000.000 (um bilhão trezentos e trinta milhões de reais), com data da primeira integralização em 29 de dezembro de 2020.

Dados Gerais da Série

A seguir, demonstraremos os dados gerais de série única em relação as debêntures da 1ª (emissão), simples não conversíveis, e suas especificações:

1ª Emissão	Série Única
Código IF	CRCG11
Taxa de remuneração (a.a)	CDI + 2,50%
Quantidade em circulação	-

Descontinuidade

Conforme aprovado em assembleia geral dos debenturistas realizada em 19 de outubro de 2023, foi realizado o resgate e liquidação da Emissão, sem qualquer pagamento de Amortização ou Remuneração, ou seja, sem financeiro, mediante a resolução de cessão e dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e vinculados à Emissão no âmbito do Contrato de Cessão em favor do Cedente.

Notas Explicativas



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Informações financeiras intermediárias

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

Com relatório dos Auditores Independentes

Notas Explicativas



**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões
Consignados II**

Informações financeiras intermediárias

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras
intermediárias 3

Informações financeiras intermediárias auditadas

Balanços patrimoniais..... 5
Demonstrações do resultado 6
Demonstrações do resultado abrangente 7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstrações dos fluxos de caixa..... 9
Demonstrações do valor adicionado 10
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias..... 11

Notas Explicativas

Rua Castilho, 392 - 3º Andar
Brooklin - São Paulo - SP
CEP 04568-010
São Paulo - Brasil
T: +5511 5102-2510
www.bakertilly.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

São Paulo – SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional de contabilidade IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas**Ênfase****Descontinuidade da Companhia**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, em 19 de outubro de 2023 foi deliberada a liquidação antecipada da emissão de debêntures da Companhia, com a consequente descontinuidade de suas operações. Dessa forma, a Companhia mantém apenas atividades residuais relacionadas ao encerramento operacional e manutenção de obrigações remanescentes. Nossa conclusão não está modificada em função deste assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fábio Muralo", is written over a circular stamp or seal.

Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Notas Explicativas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Balanços patrimoniais
Em 31 de março de 2026 e de 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4	4	Contas a pagar	5	2	2
Total do ativo circulante		4	4	Total do passivo circulante		2	2
				Patrimônio líquido			
				Capital social	7	10	10
				Prejuízos acumulados		(8)	(8)
				Total do patrimônio líquido		2	2
Total do ativo		4	4	Total do passivo e patrimônio líquido		4	4

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	8	-	(1)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		-	(1)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo líquido do período		-	(1)
Resultado básico e diluído por ação - R\$		-	-
Atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões
Consignados II

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado líquido do período	-	(1)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2025	10	(8)	2
Resultado do período	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de março de 2025	10	(9)	1
Saldos em 01 de janeiro de 2026	10	(8)	2
Resultado do período	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	10	(8)	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados****Demonstrações dos fluxos de caixa**
Períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

	De 01/01/2026 a 31/03/2026	De 01/01/2025 a 31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	-	(1)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	-	(1)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	4
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	3
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões****Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025**

(Valores expressos milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	-	(1)
	-	(1)
Valor adicionado líquido	-	(1)
Valor adicionado a distribuir	-	(1)
Distribuição do valor adicionado		
Despesas financeiras	-	(1)
Valor adicionado distribuído	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 14 de novembro de 2019.

1.1 Data de Início da Emissão

A emissão das Debêntures ocorreu em 17 de dezembro de 2020, tem prazo de 5 (cinco) anos, sendo o vencimento final das Debêntures em 17 de dezembro de 2025. O valor total da Emissão foi de R\$ 1.500.000. Foram emitidas 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões) Debêntures no âmbito da Emissão, realizadas em uma série.

1.2 Descontinuidade operacional

Conforme previsto na Emissão da Debenture, a data de vencimento seria 17 de dezembro de 2025, no entanto, em 19 de outubro de 2023, foi deliberado em assembleia a liquidação antecipada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a realização do resgate antecipado e liquidação da Emissão, sem qualquer pagamento de Amortização ou Remuneração, ou seja, sem financeiro, mediante a resolução de cessão e dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e vinculados a Emissão no âmbito do Contrato de Cessão em favor do Cedente, sendo assim, encerrando a operação.

O saldo presente em caixa representa o fundo de despesas que irá cobrir os gastos contratados cujo vencimento se dará após o encerramento e restituído em caso de sobra. Ainda não há previsão para encerramento da conta bancária centralizadora.

1.3 Sumário das operações efetuadas

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.4 Forma de utilização de derivativos

Não houve contratação de hedge nas emissões mencionadas ao tempo dessas Demonstrações.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e das Obrigações Garantidas, o Cedente cede fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio do Contrato de Garantia – Cedente, todos os direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pelo Cedente contra o Agente de Recebimento, (a) emergentes da Conta Vinculada de Repasse e/ou da Conta Vinculada de Pagamentos Voluntários referentes a todos os recursos nelas depositados ou que venham a ser nelas depositados; e (b) emergentes da Conta Vinculada de Repasse e/ou da Conta Vinculada de Pagamentos Voluntários referentes a todos os recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino nas referidas contas, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios.

1.6 Riscos

(i) Riscos relacionados à Emissora

- Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações
- A não aquisição de Direitos Creditórios Vinculados e a validade de sua formalização pode prejudicar as atividades da Emissora. O sucesso na aquisição dos direitos creditórios vinculados – quais sejam, as Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) efetivamente cedidas e endossadas para a Emissora e os créditos que delas decorrem (“Direitos Creditórios Vinculados”) – é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Emissora.
- A formalização das operações de empréstimos que dão origem aos Direitos Creditórios Vinculados pode ser questionada judicialmente, podendo aumentar a dificuldade (e o tempo dispendido) na cobrança judicial dos créditos inadimplidos.
- A Emissora pode enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa em crescimento e recém atuante em um mercado competitivo.
- O sucesso da Emissora apoia-se na existência de uma equipe qualificada. A perda de “pessoas chave”, ou a incapacidade de atrair e manter estas pessoas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Emissora.
- A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.6 Riscos-Continuação

- A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros pode dificultar o desinvestimento por titulares de valores mobiliários de emissão da Emissora.
- Decisões judiciais e novas regulamentações. Determinadas decisões judiciais estabeleceram que as cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como securitizadoras de créditos financeiros – não atribuiriam, a tais cessionários, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas a entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária próprios de instituições financeiras.
- Validade da cessão dos Direitos Creditórios. A validade da cessão dos Direitos Creditórios à Emissora pode ser questionada por obrigações assumidas pela instituição financeira cedente e/ou em decorrência de intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (a) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão à Emissora, sem conhecimento da mesma; (b) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão à Emissora e sem o conhecimento da mesma; (c) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelo cedente, ou caso a cessão dos Direitos Creditórios seja considerada simulada; e (d) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios à Emissora, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores da instituição financeira cedente. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios podem ser alcançados por obrigações da instituição financeira cedente e o patrimônio da Emissora pode ser afetado negativamente.
- Originação por meio fraudulento. A Emissora pode adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo devedor tenha se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção. Ocorrida essa hipótese, a Emissora não pode exigir o pagamento desses valores por parte dos devedores lesados, restando-lhe somente exigir da instituição financeira cedente a restituição do preço pago na aquisição dos Direitos Creditórios fraudulentos. A restituição devida pela instituição financeira cedente pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade da Emissora.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.6 Riscos--Continuação

- As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado. A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, tais como, mas não se limitando ao (i) pedido de recuperação judicial e extrajudicial pela Emissora; (ii) não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão; (iii) não observância do Índice Financeiro; e (iv) vencimento antecipado de outras dívidas da Emissora.
- A Oferta Restrita tem limitação do número de subscritores. A Oferta Restrita conta com a participação de no máximo 50 Investidores Profissionais, o que pode afetar de forma adversa a definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má formação ou descaracterizar o seu processo de formação.
- O investidor titular de Debêntures pode ser obrigado a acatar decisões deliberadas em Assembleia de Debenturistas.
- Risco relacionado ao escopo limitado da auditoria jurídica. A auditoria jurídica realizada no âmbito da Oferta Restrita teve escopo limitado a determinados aspectos legais, como aspectos societários, aspectos financeiros e certidões fiscais, administrativas e judiciais, não abrangendo todos os aspectos relacionados à Emissora.
- Risco de fungibilidade. Na hipótese de os devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para as plataformas eletrônicas ou as entidades a elas relacionadas, por qualquer motivo, estas devem repassar tais valores à Emissora. Não há garantia de que as plataformas eletrônicas ou as entidades a elas relacionadas repassarão tais recursos para a conta da Emissora, situação em que a Emissora poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.
- Diante de um cenário que demande o pagamento imediato do Saldo Devedor das Debêntures, a Emissora poderá não dispor de recursos para efetuar tal pagamento (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Nessa hipótese, caso o Cedente, ou terceiro por este indicado, não exerça a Opção de Compra ou o direito de preferência para a aquisição dos Direitos Creditórios Cedidos, (a) os Debenturistas terão suas Debêntures pagas mediante entrega dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) o pagamento do Saldo Devedor das Debêntures ficaria condicionado (1) ao vencimento e ao pagamento, pelos Devedores, dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderá causar prejuízos aos Debenturistas.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação**1.6 Riscos—Continuação****(ii) Riscos de Mercado**

- A Emissora, os Direitos Creditórios Cedidos, o Cedente e os respectivos Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente, por exemplo, o interesse de investidores na aquisição das Debêntures, bem como a liquidação e o valor dos Direitos Creditórios Cedidos.

(iii) Riscos de crédito

- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes da Emissão depende, nos termos da Resolução nº 2.686/00, do CMN, da solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos. O recebimento integral e tempestivo dos montantes devidos aos Debenturistas depende do recebimento das quantias devidas em função dos Direitos Creditórios Cedidos. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, dentre outros, bem como por outros fatores específicos aos Devedores, como óbito. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, pode haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação**1.6 Riscos—Continuação****(iii) Riscos de crédito--Continuação**

- Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Devedores, o pagamento das Debêntures pode depender prioritariamente da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, mediante cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando o total dos Direitos Creditórios Cedidos, o que pode implicar perdas patrimoniais aos Debenturistas.
- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes da Emissão depende, nos termos da Resolução nº 2.686/00, do CMN, dos pagamentos realizados no âmbito dos Direitos Creditórios Cedidos, que terão seus pagamentos realizados, via de regra, com recursos descontados dos Benefícios dos Devedores pelo INSS. Qualquer decréscimo na capacidade de pagamento por parte do INSS, incluindo, mas não se limitando a, (a) a suspensão dos pagamentos aos Devedores pelo INSS; (b) a retenção, pelo INSS, dos valores já descontados das folhas de Benefícios dos Devedores, inclusive, para fins de enquadramento do INSS às diretrizes de responsabilidade fiscal estabelecidas em lei; (c) alterações nas leis e normas que especificam a consignação em folha; ou (d) dificuldades operacionais nos processos de averbação, desconto, transferência de recursos ou conciliação de pagamentos, pode resultar em perdas dos valores devidos em relação aos Direitos Creditórios Cedidos. Consequentemente, podem prejudicar o pagamento pela Emissora aos Debenturistas dos valores devidos em razão das Debêntures

(iv) Riscos de liquidez

- Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros, como as Debêntures. Os subscritores ou adquirentes desses valores mobiliários não têm qualquer garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive das Debêntures, que queiram vendê-los no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez dos valores mobiliários com lastro em créditos financeiros pode ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares desses valores mobiliários possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la e, consequentemente, podem sofrer prejuízo.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação**1.6 Riscos--Continuação****(v) Riscos operacionais**

- Os valores devidos pelos Devedores em decorrência da utilização dos Cartões de Crédito são pagos, em regra, mediante desconto em folha de Benefício, realizado pelo INSS. Se, por qualquer razão, o INSS atrasar ou não pagar os Benefícios devidos ao Devedor, a Emissora pode não receber quaisquer recursos decorrentes dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos para realizar o pagamento das Debêntures. Nessas hipóteses, enquanto o INSS não voltar a pagar adequadamente os Benefícios aos Devedores, a capacidade destes de saldar seus débitos também ficará comprometida, o que poderá impactar negativamente o pagamento das Debêntures e resultar em perda aos Debenturistas.
- O desconto em folha de Benefício para pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, oriundos da utilização dos Cartões de Crédito pelos Devedores é viabilizado pelo Convênio, celebrado entre o Cedente, o INSS e a Dataprev. Certas regras devem ser observadas para a manutenção do Convênio, cujo descumprimento pode levar ao seu rompimento. Alterações normativas, alheias ao controle do INSS, da Dataprev e do Cedente, também podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do Convênio. Além disso, após o término do seu prazo de vigência, o Convênio precisará ser renovado pelo INSS, pela Dataprev e pelo Cedente. Havendo o rompimento ou a não renovação do Convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, qual seja, o desconto em folha de Benefício, poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem prejudicar o pagamento das Debêntures pela Emissora, na medida em que ela deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou a totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.
- A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de atividades como o auditor independente, o Agente Fiduciário, o Escriturador, entre outros. Caso alguns desses prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora, ou mesmo por mera discricionariedade da Emissora, poderá haver a substituição dos referidos prestadores de serviços. Essa substituição, no entanto, poderá não ser bem-sucedida e afetar adversamente a capacidade da Emissora em gerir seus ativos relacionados a cada uma de suas emissões de valores mobiliários, incluindo a Emissão, afetando igualmente os resultados da Emissora e, conseqüentemente, os titulares dos valores mobiliários de sua emissão, como as Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.6 Riscos--Continuação

(v) Riscos operacionais--Continuação

- A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente de terceiros. Assim, qualquer falha no procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, tais como, mas não se limitando a interrupções, falhas e/ou atrasos na emissão das faturas dos Cartões de Crédito e dos boletos de cobrança, pode acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Ademais, qualquer falha de procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelo Agente de Cobrança, tais como, mas não se limitando a falta de diligência no procedimento de cobrança, pode acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Adicionalmente, pode haver a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando parte ou o total dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis materiais

2.1 Autorização

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração para emissão em 11 de maio de 2026.

2.2 Base de apresentação

As presentes informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em especial o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis materiais--
Continuação**2.1 Base de apresentação--**Continuação

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis materiais--
Continuação**2.4 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.5 Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Administração reconhece perdas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre valor contábil e o valor recuperável. Além da verificação da situação de inadimplência, são considerados outros fatores que possam interferir na análise sobre a capacidade de liquidação dos fluxos de caixa esperados para cumprimento das obrigações junto aos investidores.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis materiais--
Continuação**2.6 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa. Custo amortizado: é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos. Valor justo: é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

b) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos ao custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados ao Custo Amortizado: Fornecedores e obrigações por emissão de títulos - Debêntures.

2.7 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.8 Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas Explicativas

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis materiais--

Continuação

2.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta-corrente	4	4
Total	4	4

O saldo refere-se substancialmente a depósitos mantidos em conta corrente bancária, com liquidez imediata.

4. Recebíveis

Em 19 de outubro de 2023, foi autorizado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a realização do resgate antecipado e liquidação da Emissão, sem qualquer pagamento de Amortização ou Remuneração, ou seja, sem financeiro, mediante a resolução de cessão e dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e vinculados à Emissão no âmbito do Contrato de Cessão em favor do Cedente.

Dessa forma, a Companhia não possuía saldo de recebíveis em aberto em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

5. Contas a pagar

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Taxas e impostos	2	2
Total	2	2

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a obrigações tributárias retidas na fonte, correspondentes ao IRRF e à CRF.

Notas Explicativas **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II**

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Debêntures**6.1. Resgate antecipado e liquidação da Emissão**

Em 19 de outubro de 2023, foi autorizado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a realização do resgate antecipado e liquidação da Emissão, sem qualquer pagamento de Amortização ou Remuneração, ou seja, sem financeiro, mediante a resolução de cessão e dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e vinculados à Emissão no âmbito do Contrato de Cessão em favor do Cedente.

Dessa forma, a Companhia não possuía saldo de debêntures em aberto em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

7. Patrimônio líquido**7.1. Capital Social**

O capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 10, divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

7.2. Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

7.3. Resultados de exercício

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, conforme item 7.2, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas.

8. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto substancialmente por despesas bancárias incorridas no período findo em 31 de março de 2025.

Descrição	De 01/01/2026 a 31/03/2026	De 01/01/2025 a 31/03/2025
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	-	(1)
Total	-	(1)

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II
Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de março de 2026 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

10. Partes relacionadas

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no exercício findo em 31 de março de 2026.

11. Classificação de risco

Não houve a contratação de agência classificadora de risco para o exercício findo em 31 de março de 2026.

12. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

13. Eventos subsequentes

Até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, não ocorreram eventos subsequentes que requeressem divulgação ou reconhecimento nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatorio dos auditores independentes sobre as informacoes
financeiras intermediarias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros Cartoes Consignados II
São Paulo - SP

Revisamos as informações financeiras intermediarias da Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros Cartoes Consignados II (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administracao e responsavel pela elaboracao das informacoes financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediaria e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisao

Conduzimos nossa revisao de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisao de informações intermediarias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediarias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisao de informações intermediarias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contabeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisao. O alcance de uma revisao é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusao sobre as informacoes financeiras intermediarias

Com base em nossa revisao, nao temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informacoes financeiras intermediarias acima referidas nao foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional de contabilidade IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Descontinuidade da Companhia

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, em 19 de outubro de 2023 foi deliberada a liquidação antecipada da emissão de debêntures da Companhia, com a conseqüente descontinuidade de suas operações. Dessa forma, a Companhia mantém apenas atividades residuais relacionadas ao encerramento operacional e manutenção de obrigações remanescentes. Nossa conclusão não está modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, tambem, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisao descritos anteriormente e, com base em nossa revisao, nao temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fabio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores